

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RESOLUÇÃO Nº 057/2018

O Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado da Bahia, reunido em sessão ordinária no dia 17 de abril de 2018, deliberou, à unanimidade, pela **homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatoria**, dos Procedimentos Cíveis a seguir indicados:

- 1.1. Inquérito Civil nº 644.0.144768/2013, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Vitória da Conquista
- 1.2. Inquérito Civil nº 646.0.135642/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 1.3. Inquérito Civil nº 644.0.86842/2014, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Vitória da Conquista;
- 1.4. Inquérito Civil nº 204.0.103296/2016, da Promotoria de Justiça de Oliveira dos Brejinhos;
- 1.5. Procedimento Ministerial nº 003.9.199924/2017, da 5ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Capital;
- 1.6. Procedimento Ministerial nº 933.0.89980/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;
- 1.7. Procedimento ministerial nº 593.0.84621/2009, da 4ª Promotoria de Justiça de Luis Eduardo Magalhães;
- 1.8. Inquérito Civil nº 646.9.38947/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 1.9. Inquérito Civil nº 646.0.140418/2010, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 1.10. Inquérito Civil nº 646.0.177113/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 1.11. Inquérito Civil nº 242.9.198349/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Conceição do Coité;
- 1.12. Inquérito Civil nº 701.0.16506/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Itapetinga;
- 1.13. Inquérito Civil nº 696.0.166938/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 1.14. Inquérito Civil nº 003.0.178120/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.15. Procedimento Ministerial nº 703.9.166424/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora;
- 1.16. Inquérito Civil nº 600.9.270975/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 1.17. Procedimento Ministerial nº 001.0.66046/2016, da Promotoria de Justiça de Una;
- 1.18. Inquérito Civil nº 322.9.99895/2017, da Promotoria de Justiça de Tanque Novo;
- 1.19. Inquérito Civil nº 163.9.21664/2017, da Promotoria de Justiça de Maracás;
- 1.20. Procedimento Ministerial nº 703.0.101541/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora;
- 1.21. Inquérito Civil nº 600.0.234761/2013, da Promotoria de Justiça de

- Santo Antônio de Jesus;
- 1.22. Inquérito Civil nº 646.0.185700/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 1.23. Inquérito Civil nº 331.0.213262/2011, da Promotoria de Justiça de Terra Nova;
- 1.24. Inquérito Civil nº 598.0.210730/2016, da Promotoria de Justiça Regional Especial com sede em Juazeiro;
- 1.25. Inquérito Civil nº 003.0.7144/2014, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 1.26. Procedimento Ministerial nº 674.0.168459/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 1.27. Inquérito Civil nº 590.0.15374/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 1.28. Inquérito Civil nº 600.0.37169/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 1.29. Inquérito Civil nº 646.0.188062/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 1.30. Inquérito Civil nº 646.0.179978/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 1.31. Inquérito Civil nº 005.0.25688/2013, da Promotoria de Justiça de Chorrochó;
- 1.32. Procedimento Ministerial nº 069.0.134006/2008, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
- 1.33. Inquérito Civil nº 003.0.49990/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 1.34. Inquérito Civil nº 608.0.158519/2015, da 8ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 1.35. Inquérito Civil nº 708.0.174050/2015, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 1.36. Inquérito Civil nº 003.0.59375/2010, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 1.37. Inquérito Civil nº 702.9.78193/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 1.38. Procedimento Ministerial nº 593.9.28126/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 1.39. Procedimento Ministerial nº 694.0.30051/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Ruy Barbosa;
- 1.40. Inquérito Civil nº 592.0.121814/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 1.41. Inquérito Civil nº 003.0.52930/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 1.42. Inquérito Civil nº 592.9.29356/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 1.43. Inquérito Civil nº 708.0.159707/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 1.44. Inquérito Civil nº 001.9.239724/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 1.45. Inquérito Civil nº 331.0.44976/2015, da Promotoria de Justiça de Terra Nova;
- 1.46. Inquérito Civil nº 003.0.128097/2008, da Promotoria de Justiça de Presidente Jânio Quadros;

